

PETROPOLITANAS

POR REDAÇÃO



Divulgação

Herança imperial é reforçada por meio do evento

Petrópolis marca presença na ABAV Expo 2025

Petrópolis está entre os destaques da ABAV Expo 2025, uma das maiores feiras de turismo da América Latina, que acontece até 10 de outubro, no Riocentro, no Rio de Janeiro. O evento ocupa dois pavilhões e reúne profissionais do setor em um ambiente B2B voltado para negócios, networking e promoção de destinos turísticos. A feira atrai agentes de viagens, operadores do trade turístico, guias de

turismo, imprensa especializada, assessorias e criadores de conteúdo digital, consolidando-se como vitrine estratégica para destinos que desejam ampliar sua visibilidade e atratividade. Na abertura oficial que aconteceu nesta quarta-feira (08/10), Petrópolis levou o personagem histórico D. Pedro II, em alusão ao bicentenário do último Imperador do Brasil — figura que dá nome à cidade.

Câmara derruba veto

A Câmara de Petrópolis derrubou o veto do prefeito Hingo Hammes ao projeto de lei 7661/2025, que cria medida contra exposição inadequada de crianças e adolescentes em espaços, mídias e eventos no município. A justificativa do veto total ao PL, foi por vício de iniciativa. Os par-

lamentares que votaram contra o veto são: Gilda Beatriz, Gil Magno, Wesley Barreto, Thiago Damasceno, Júlia Casamasso, Marquinhos Almeida, Octávio Sampaio, Thiago Leite e Professora Lívia. O texto foi apresentado após casos denunciados pelo youtuber Felca.



Arquivo TVC

Unidade funciona de segunda a sexta, de 10h às 17h

Procon orienta consumidores para o Dia das Crianças

Com o aumento da procura por presentes nesta época do ano, o Procon Petrópolis orienta os consumidores a redobrar a atenção na hora das compras para a criança. O objetivo é garantir a segurança dos pequenos e evitar prejuízos. É importante que os consumidores fiquem atentos às questões de segurança, às políticas de troca e, prin-

cipalmente, à proteção ao realizar compras em sites. As equipes do Procon estão disponíveis para orientar os consumidores. As denúncias podem ser feitas por e-mail fiscalizacao@procon.petrópolis.rj.gov.br ou presencialmente na sede do Procon, na Rua Dr. Moreira da Fonseca, 33 - Centro. O atendimento é de segunda a sexta, das 10h às 17h.

Encontro político

O Secretário de Governo de Petrópolis, Fred Procópio, participou nesta quarta-feira (08) de uma reunião com o Presidente Estadual do MDB, Washington Reis e com o Coordenador da Região Metropolitana I (Baixada e Capital) do Fórum de Secretários de Trabalho do Estado,

Jamil Malafía. Durante o encontro, Reis reforçou o apoio para a tão esperada ligação Bingen-Quitandinha, algo que já tinha apresentado durante a assinatura do contrato da BR-040 na semana passada, e confirmou a pré-candidatura de Fred a deputado estadual em 2026.

Abastecimento de água

A concessionária Águas do Imperador informou que o abastecimento de água será temporariamente interrompido nesta quinta-feira (9), a partir das 8h30, nos bairros Cremerie, Taquara, Bairro Mauá, Siméria e Independência para uma manutenção na rede. Se-

gunbdo o cronograma de intervenção, a previsão é de que os trabalhos sejam finalizados às 15h e o abastecimento retomado gradativamente. Águas do Imperador recomenda que os moradores façam o uso consciente da água durante este período.

Justiça suspende obras e vendas de empreendimento

Juiz aponta falhas no licenciamento para obras no Castelânea

Por Gabriel Rattes

A Justiça de Petrópolis determinou a suspensão imediata das obras e da comercialização das unidades do empreendimento Kastell Residencial, planejado para a Rua Olavo Bilac, na Castelânea. A decisão foi tomada pelo juiz Jorge Luiz Martins Alves, da 4ª Vara Cível, em ação movida pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), que apontou uma série de irregularidades ambientais e urbanísticas.

Segundo o processo, o empreendimento, que previa quatro blocos de oito pavimentos e 360 apartamentos, foi divulgado ao público em agosto, sem as licenças exigidas por lei. O local está em área classificada como Setor Residencial de baixa densidade, onde só são permitidas construções de até três andares, conforme o Plano Diretor e a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUPOS).

Decreto é anulado

Para viabilizar o projeto, a Prefeitura, ainda sob a gestão do ex-prefeito Rubens Bomtempo, editou o Decreto nº 1.169/2024, criando uma Área de Especial Interesse Social (AEIS) na região. No entanto, o magistrado considerou o ato ilegal, afirmando que mudanças no zoneamento urbano devem ser feitas por lei complementar aprovada pela Câmara de Vereadores, e não por decreto do Executivo.

Além disso, a Justiça concluiu que a justificativa usada para a criação da AEIS — atender famílias de baixa renda — era falsa. Documentos da Caixa Econômica Federal comprovaram que o empreendimento seria voltado às faixas 3 e 4 do programa Minha Casa Minha Vida, destinadas a famílias de classe média, e não à faixa 2, de renda mais baixa.

CPTrans não recebeu estudo de impacto viário

Durante a audiência especial, o presidente da CPTrans, Luciano Moreira, afirmou que não houve consulta prévia sobre o licenciamento do empreendimento e que faltam estudos obrigatórios de impacto viário e de vizinhança.

“Assim que a irregularidade foi constatada, a CPTrans solicitou a realização do estudo de impacto, mas até o momento não houve devolutiva oficial”, disse o dirigente.

O magistrado ressaltou que o Estudo de Impacto Viário (EIV) é essencial para analisar o tráfego e a capacidade da infraestrutura urbana, e que a ausência desse documento reforça o risco de colapso no trânsito da região.



Divulgação

A sentença impõe multa de R\$ 1,5 milhão para cada parte (construtora e Prefeitura)

Meio ambiente

O secretário de Meio Ambiente, Pedro Alcântara, declarou que nenhuma licença ambiental foi emitida para o empreendimento. Segundo ele, o processo de licenciamento ainda está em fase inicial de análise técnica e não há autorização para supressão de vegetação.

O chefe da APA Petrópolis, Victor Valente, confirmou que o projeto está em área de zona de ocupação residencial e urbana, mas alertou que o terreno contém fragmento de Mata Atlântica, cuja supressão ainda está em avaliação.

Já o INEA, por meio do biólogo Ramon Santiago, informou que não identificou obras em andamento nem corte de árvores durante vistoria realizada em agosto, mas reconheceu a existência de fragmento florestal nativo nos fundos do terreno.

Prefeitura confirma falhas em trâmites

O secretário de Planejamento e Orçamento, Frederico Procópio, reconheceu que a pasta revisa os processos de licenciamento herdados de gestões anteriores e destacou que todos os grandes empreendimentos deveriam ser submetidos a análise da CPTrans, DNIT e Ministério Público Federal.

O juiz considerou, no entanto, que o caos administrativo instalado nos setores de licenciamento reforça a necessidade de intervenção judicial.

Construtora nega irregularidades e diz que não iniciou obras

O empresário Rogério Luiz Gonçalves Branco, sócio da Genesis Incorporação e Empreendimentos Imobiliários, afirmou na audiência que nenhuma obra foi iniciada e que o evento realizado em

agosto foi apenas um pré-lançamento para corretores.

“Apesar de já termos o alvará autorizativo para demolição das construções existentes no imóvel, ainda não o fizemos, nem tampouco iniciamos qualquer tipo de obra, bem como supressão de vegetação. O que ocorre periodicamente no imóvel é a limpeza e conservação com a retirada de matos, capinas e ajardinamentos, mantendo a propriedade em ordem, em estado de conservação”, disse o empresário.

A Caixa Econômica Federal, representada por Anderson Alves de Azevedo, esclareceu que o empreendimento ainda está em fase de pré-análise e não foi contratado pelo banco.

Decisão judicial

Diante das irregularidades, o juiz suspendeu o Decreto 1.169/2024 e determinou que as empresas parem imediatamente qualquer obra, venda ou divulgação do Kastell Residencial.

A sentença impõe multa de R\$ 1,5 milhão para cada parte (construtora e Prefeitura) em caso de descumprimento e obriga as empresas a retirarem anúncios e propagandas do empreendimento das redes sociais e sites imobiliários.

A decisão também determina que as Secretarias de Planejamento e Meio Ambiente apresentem, em até 30 dias, um fluxo completo de procedimentos para emissão de licenças, a fim de garantir transparência e controle público.

“O quadro revela um cenário de intensa ilegalidade ante irresponsabilidade administrativa e oportunismo empresarial”, concluiu o magistrado.

Justiça determina sequestro de cerca de R\$ 1 mi da Prefeitura

Por Leandra Lima

A Prefeitura de Petrópolis terá cerca de R\$ 1,2 milhões sequestrados das contas públicas, para sanar a dívida contraída pelo não repasse do “vale-educação” às empresas de Transporte Coletivo que operam no município. Conforme expressa o Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviários de Petrópolis (SeTranspetro), foi celebrado um acordo em julho entre as partes, que visou regularizar os débitos herdados da última gestão, além de estabelecer uma data fixa para o acerto referentes ao atual, no caso todo dia 20, como não aconteceu o previsto, essa é a consequência enfrentada pelo Executivo.

Na ação que pede o cumprimento de pena, o SeTranspetro informou que o valor de R\$ 1.927.000,00, referentes ao mês de setembro não foi pago e pediu o sequestro. No entanto, durante a tramitação dos autos, o sindicato informou que o município efetuou na terça-feira (7), o pagamento parcial no valor de R\$ 700.000,00 referente ao vale, restando a ser repassado cerca de R\$1,2 milhões.

Além disso, ressaltou que as parcelas referentes ao débito consolidado de 2024, estão sendo pagas dentro do prazo estabe-



Gabriel Rattes/CM

Município deve R\$ 1.927.000,00 às empresas

lecido. Frente ao exposto, o juiz Jorge Luiz Martins Alves, da 4ª Vara Cível, homologou a decisão no último dia três de outubro, determinado o confisco do montante, dos saldos existentes em contas correntes da Prefeitura.

Mas para que o feito da decisão valesse, o sindicato teve que comprovar que não houve depósito da quantia. Nos autos, o juiz lamentou a falta de compromisso do município em cumprir o acordo. “Lamentando a reprochável atuação do gestor financeiro pela reiteração de conduta violadora de ajuste coroado por decisão homologatória”, enfatizou.

Agravamento de crise

De acordo com o sindicato, o cenário afeta diretamente os serviços prestados pelas empresas afiliadas. “Visto que a acumulação de subsídios não pagos pode trazer desordem ao serviço de transporte público municipal, porque a possível queda na sua qualidade e o comprometimento das melhorias planejadas poderão trazer danos ainda maiores à população e às atividades econômicas da cidade”, ressaltou.

Um exemplo do descrito é a empresa Turp Transportes, que somente esse ano, teve quatro paralisações em nove meses, onde os rodoviários reivindicavam contra os atrasos no adiantamento salarial, que também acontece em todo dia 20 do mês. Na época, a justificativa da empresa foi o atraso no vale-educação, que impactou diretamente no fluxo de caixa. Devido ao não acerto em dia por parte do ente público, a Turp havia informado que os pagamentos seriam realizados conforme arrecadações.

A equipe do Correio questionou a Prefeitura sobre o atraso e as próximas ações para que não aconteça um novo sequestro, mas não recebemos resposta até o final desta edição.